

# **O FORMALISMO PROCESSUAL E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA REALIZAÇÃO DO DIREITO: A PREVALÊNCIA DA FORMA NO PROCESSO CIVIL EM DETRIMENTO DO DIREITO GARANTIDOR DO BEM DA VIDA**

**Luiz César Medeiros\***

## **1. Introdução**

O excessivo e injustificado apego ao formalismo no processo judicial cível contribui para a morosidade na prestação jurisdicional e, na maioria das vezes, constitui a causa do perecimento do direito subjetivo assegurado pela norma de direito material. Isso, além de militar contra a efetividade do processo e a própria realização do Direito, implica na persistência do conflito e o recrudescimento do descrédito em relação ao Judiciário.

O que se pretende abordar, sucintamente, é a necessidade de a aplicação das regras de direito processual estreitar-se com o princípio da instrumentalidade que as corporifica, servientes à garantia do direito material, evidenciando-se como imperiosa e urgente a necessidade de mudança de mentalidade dos operadores do sistema jurídico.

---

\* *Desembargador no TJSC, Mestre em Direito e Professor da Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina.*

Ensina com muita propriedade Osvaldo Ferreira de Melo que “o caráter ideológico e axiológico próprio da Política do Direito exige que uma norma, além dos requisitos para sua validade formal, se conforme com os valores da justiça e utilidade social, pois só assim poderá ostentar a sua validade material. Uma norma que não assegure esses valores não pode ser chamada jurídica e melhor será que não faça parte do sistema normativo”.<sup>1</sup>

Assim, somente o interesse público superior, traduzido nos valores justiça e utilidade social, justificador, em última instância, da própria existência do Direito Processual, autoriza a sobreposição da forma em relação ao direito material e a desconsideração do direito subjetivo a ele imanente.

## **2. O processo como técnica e ética a serviço do Direito**

Segundo a expressão de Calera, o direito deve retomar o seu papel de instrumento de ordenação social, respondendo às convenções morais, aos valores e aos interesses estabelecidos majoritariamente pelos integrantes da sociedade, deixando de ser uma mera imposição de força, para ser a verdadeira expressão da realização social na busca pela justiça.<sup>2</sup>

Uma conclusão valorativa, ainda no dizer do mesmo autor, seria a seguinte: deve ser evitado um idealismo jurídico ao estilo do jusnaturalismo que propicie uma etificação radical do Direito; há que ser superado também o realismo jurídico pessimista e irracional que se resigna ante a realidade do direito como forma de poder. É necessário que se transcenda essa concepção pós-moderna que reduz o Direito a uma simples regra técnica de ordenação social, sem questionar os fins e os modelos sociais a que serve essa técnica.<sup>3</sup>

Em meio a esse emaranhado de leis, e ante as concepções equivocadas pelas quais é enfocado, agiganta-se hodiernamente no seio da sociedade uma generalizada descrença no Direito, principalmente sobre a ineficiência desse instrumental legal em dar as respostas esperadas pela maioria dos destinatários de seus preceitos e princípios. Cresce a convicção de que o aumento quantitativo de normas não corresponde na mesma proporção em um progresso sensível dos níveis de justiça.

Dentre tantas razões apontadas para a ineficiência do Direito em corresponder às expectativas da sociedade, tem merecido destaque o excessivo formalismo na solução jurisdicional dos conflitos sociais e dos conflitos individuais que acabam trazendo importantes reflexos àqueles. Os órgãos jurisdicionais do Estado estão assoberbados pela quantidade e complexidade técnico-formal das normas jurídicas, mormente as processuais, dificultando a interpretação e, muitas vezes, obstando a própria solução dos casos concretos.

Os procedimentos jurídicos, em especial o processo como instrumento de busca pelo atendimento de uma pretensão respaldada pelo Direito, são extremamente formais e complicados, acarretando o retardamento da prestação jurisdicional que, muitas vezes, perde seu sentido nas malhas do tempo.

O Direito como realidade política, moral, econômica, cultural e histórica está impregnado de valores. Para a sua compreensão, pois, não basta uma análise sob a perspectiva estritamente científica. Na condução do processo, o juiz deve trabalhar com o direito como valor, pois de há muito vencida a posição kelseniana da neutralidade absoluta da norma.

A simplificação dos procedimentos, sem o enfraquecimento das garantias processuais que protegem a igualdade das partes, o seu direito de defesa e o pleno acesso à justiça, constitui-se num desafio que mantém em crescente atividade a preocupação e o poder criativo dos juristas e dos operadores do direito de uma forma geral. Afastar o Direito de seu sentido ético, para reduzi-lo à simples regra técnica, em nada vai ajudar a vencer os obstáculos que se apresentam. Ao contrário, haverá um retrocesso e um recrudescimento dos problemas já existentes.

Os defensores e aplicadores da rigidez da forma em detrimento do próprio direito material em discussão apegam-se à justificativa da preservação do interesse público, traduzido na segurança, igualdade e estabilidade das relações processuais.

Enfrentando o tema, Galeno Lacerda, já nos idos de 1983, quando o atual Código de Processo recém tinha completado dez anos de vida, em proficiente palestra aos participantes do Con-

gresso Brasileiro de Direito Processual Civil, realizado na cidade de Porto Alegre, teve oportunidade de asseverar que “fala-se muito em interesse público na preservação do rito, do *due process of law*, como um valor absoluto e abstrato, para justificar as devastações concretas que a injustiça de um decreto de nulidade, de uma falsa preclusão, da frieza de uma presunção processual desumana, causam à parte inerte. Não. Não é isto fazer justiça. Não é para isto que existe o processo”.<sup>4</sup>

E adverte o eminente doutrinador:

“Esquecem, os que assim pensam e agem, que os valores e os interesses no mundo do direito não pairam isolados no universo das abstrações; antes, atuam, no dinamismo e na dialética do real, em permanente conflito com outros valores e interesses. Certa, sem dúvida, a presença de interesse público na determinação do rito. Mas, acima dele, se ergue outro, também público, de maior relevância: o de que o processo sirva, como instrumento, à justiça humana e concreta, a que se reduz, na verdade, sua única e fundamental razão de ser”.

É dever, pois, do intérprete e do operador das normas do processo, antes de adotar a decisão que fulminará o direito de uma das partes e conseqüentemente frustrará a solução do conflito, analisar com acuidade se acima do interesse formal que lhe parece imperativo não se sobreleva outro interesse público mais alto que aponte para o caminho da efetiva justiça.

A interpretação calcada nos princípios maiores que norteiam o processo e o próprio Direito possibilita a hierarquização dos interesses tutelados nos textos de lei. No caso do Código de Processo Civil, o interesse público maior traduz-se na efetividade do processo, ou seja, na concretização e realização do direito material.

Demais disso, é sempre bom lembrar que hodiernamente a primazia do interesse público diante dos direitos individuais não mais vige de forma absoluta. Hoje, no Estado contemporâneo democrático, a dignidade humana e muitos dos direitos individuais garantidos constitucionalmente estão acima do interesse público, devendo ser observado o chamado princípio da proporcionalidade.

Dalmo Dalari em sua obra “O Poder dos Juízes” chama a atenção para o fato da convicção tradicional e generalizada no Brasil de que as leis não precisam ser obedecidas sempre nem devem ser aplicadas com muito rigor. Essa premissa, sob o prisma jurídico, infundada, contrasta com algumas atitudes de exagerado legalismo. Este, praticado por muitos juízes, consiste no apego quase fanático a pormenores das formalidades legais, mesmo quando isso é evidentemente inoportuno, injusto ou acarreta graves conflitos sociais. “Mas o que prevalece amplamente, inclusive entre as autoridades públicas, é pouco apreço à legalidade, o que se verifica também em certas atitudes dos tribunais superiores, que freqüentemente demonstram excessiva condescendência com inconstitucionalidades e ilegalidades praticadas por chefes do Executivo”.<sup>5</sup>

Segundo o mesmo autor, outro perigo que favorece a impunidade é o dos juízes que, por um vício de sua formação jurídica, são demasiado formalistas. Geralmente fanatizados pela lógica aparente do positivismo jurídico, muitas vezes não chegam a perceber que o excessivo apego a exigências formais impede ou dificulta ao extremo a consideração dos direitos envolvidos no processo. Não se sensibilizam com as flagrantes injustiças, desde que sejam respeitadas as formalidades.<sup>6</sup>

Em tom crítico, acentua Dalari que infelizmente na maioria das decisões judiciais, sobretudo dos tribunais superiores dos Estados e do País, fica evidente que existe preocupação bem maior com a legalidade do que com a justiça. “O excesso de apego à legalidade formal pretende, consciente ou inconscientemente, que as pessoas sirvam à lei, invertendo a proposição razoável e lógica, segundo a qual as leis são instrumentos da humanidade e, como tais, devem basear-se na realidade social e serem conformes a esta”.<sup>7</sup>

É na Política do Direito que repousa a esperança de que o processo reencontre o seu verdadeiro rumo. A discussão a respeito do conteúdo das normas processuais e principalmente a proposição de instrumentos legais identificados com a idéia do justo e do legitimamente necessário, ou seja, do socialmente útil<sup>8</sup>, é que criarão as possibilidades para o desencadeamento das

mudanças corretivas necessárias à atividade jurisdicional como um todo.

### 3. O processo, o formalismo e a justiça

John Rawls enfatiza que a “justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é para o pensamento. Uma teoria que, embora elegante e econômica, não seja verdadeira, deverá ser revista ou rejeitada [...]”. Nessa linha sustenta que leis ou instituições, mesmo que sejam eficientes e engenhosas, se forem injustas, deverão ser revistas ou suprimidas.<sup>9</sup>

Em Santo Tomás de Aquino temos que “a justiça, especialmente e de preferência às outras virtudes, tem o seu objeto em si mesmo determinado, e que é chamado justo. E este certamente é o direito. Por onde, é manifesto que o direito é o objeto da justiça. [...] assim também na mente preexiste uma idéia da obra justa que a razão determina, idéia que é como que a regra da prudência. E esta, quando redigida por escrito, chama-se lei; pois, a lei, segundo Isidoro, é uma *constituição escrita*. Por onde, a lei, propriamente falando, não é o direito mesmo, mas, uma certa razão do direito”.<sup>10</sup>

Quando aborda a justiça, Santo Tomás de Aquino refere ser imprescindível seja ela estudada abrangendo quatro questões que se interligam e não podem, portanto, ser dissociadas, quais sejam: a primeira, sobre o direito; a segunda, sobre a justiça em si mesma; a terceira, sobre a injustiça e a quarta sobre o julgamento.

Ao contrário das outras virtudes que aperfeiçoam o homem em relação a si próprio, num processo introspectivo, restrito ao campo dos sentimentos ou da paixão como refere Santo Tomás, a justiça o aperfeiçoa em relação aos seus semelhantes e, por consequência, em relação à sociedade da qual faz parte. E isso dá-se exatamente porque a justiça orienta a relação do homem para com o homem, ou dele para com os demais homens, e não para consigo mesmo. Quer ordene a relação singular entre um homem e outro, ou a relação geral entre os homens que fazem parte de uma sociedade, o caminho a que conduz é sempre o bem comum.<sup>11</sup>

Isso é uma verdade aceitável inclusive nos dias de hoje, aliás, mais do que nunca. Sempre que uma lei contrarie o que naturalmente é concebido como sendo *o justo* pela sociedade, esta lei será iníqua. Por isso, com supedâneo nos ensinamentos de Santo Tomás, não se mostra temerária a afirmação de que a justiça legal viabiliza a justiça social. Afinal, ela é, ou pelo menos deveria ser, o resultado sintomático da aplicação de todos os preceitos que o povo elegeu como sendo os norteadores da busca e preservação do bem comum. A justiça pautada em regras estabelecidas por todos e no interesse de todos e não no de poucos, inexoravelmente, resultaria na acalentada pacificação social.

Nesse norte, colhe-se de Aristóteles, na sua obra “A Política”, que a justiça é a base da sociedade, é uma virtude social, que forçosamente arrasta consigo todas as outras. E julgamento é a aplicação do que é justo”.<sup>12</sup>

Já é consagrado pela nossa doutrina que as exigências formais do processo só merecem ser cumpridas à risca sob pena de invalidade dos atos, na medida em que isso seja indispensável para a consecução dos objetivos desejados, objetivos que não podem ser desconformes com a justiça.

O apego exagerado ao formalismo faz com que alguns juízes acabem por favorecer a impunidade, desviando o Direito de seu curso natural. Acredita-se que esse seja um vício de formação jurídica ligado à aparente lógica do positivismo. Não se percebe que esse apego às formalidades impede ou chega muitas vezes a dificultar a observância dos verdadeiros direitos em jogo no processo judicial. A forma, instrumento criado para assegurar a igualdade e a segurança das partes no processo, quando supervalorizada ou mal utilizada, acaba sendo o veículo para a chicana e para a sacralização de interesses espúrios.

É impressionante como o formalismo passou a ser a baliza mestra de uma parcela significativa dos operadores do Direito. Com o Código de Processo em punho, qualquer desvio à forma é tratado com apreensão e, não raras vezes, com desmedido rigor. Esquecem eles que o próprio Código de Processo Civil (diploma formal por excelência) coloca o formalismo em segundo plano quando o resultado desejado for obtido por outros meios.<sup>13</sup>

Por isso, não é raro nos depararmos com verdadeiras injustiças respaldadas pelos tribunais. Isso gera na sociedade um sentimento de descrença, de repulsa e, ato contínuo, de afastamento do Judiciário.

“O Direito preocupa-se com a justiça material. O Judiciário não pode contentar-se com o aspecto formal das normas jurídicas”, na expressão do Ministro Vicente Cernicchiaro<sup>14</sup> ou, no dizer do Ministro Garcia Vieira, “o direito é muito maior do que a lei e seu objetivo deve ser sempre a realização da justiça”.<sup>15</sup>

Ao não observar que o processo é meio de realização do Direito e que a interpretação das leis processuais não deve ser estritamente formal, mas, sim, antes de tudo, socialmente útil e justa, o Judiciário não estaria cumprindo a contento sua missão constitucional de pacificar e decidir conflitos.

O mestre Galeno Lacerda, na palestra antes referida, já sustentava, com ênfase, o antiformalismo processual consagrado pelo sistema estabelecido no novo diploma, alertando:

“Quando se fala em ‘forma’ no processo, acodem logo as palavras com que Montesquieu inaugura o Livro 29, de seu Espírito das Leis: ‘As formalidades da justiça são necessárias à liberdade’. Esse conceito, tão pleno de ressonância, destacado das demais palavras do texto, que lhe abrandam a grandiloquência, foi responsável por séculos de equívoco, na radicalização do rito, como um valor em si mesmo, em nome de um pretense e abstrato interesse público, descarnado do humano e do verdadeiro objetivo do processo, que é sempre um dado concreto de vida, e jamais um esqueleto de formas sem carne”.<sup>16</sup>

Já criticava o renomado autor que derivando dessa equivocada concepção, diga-se de passagem, reinante até os dias de hoje, subverteu-se o meio em fim. As consciências foram distorcidas a tal ponto que se acreditava que fazer justiça seria impor a rigidez da forma sem olhos para os valores humanos em lide. A sacralidade do rito e a pseudo-segurança das relações processuais eram suficientes para que os operadores do direito lavassem as mãos e voltassem as costas para as injustiças decorrentes de interpretações puramente técnicas.



Essa deturpação do sentido da forma coaduna-se não com o proclamado interesse público, mas, sim, com a cultura individualista que permeia o digesto processual. Com isso, esbarra nos ideais sociais de rápida solução do litígio e contraria a justiça de mérito, acabando por representar o papel espúrio de defender o interesse da parte sem razão, ou de se prestar aos fins da chicana e da má-fé processual.

É sabido que no desempenho de sua função jurídica o Estado regula as relações intersubjetivas por meio de duas ordens de atividades distintas, mas intimamente relacionadas.

Com a primeira, por intermédio do direito material (ou substancial), estabelece as normas que, segundo o pensamento dominante, devem reger as condutas do ser humano em sociedade. São elas que dizem o que é lícito e o que é ilícito, atribuindo direitos, poderes, faculdades, obrigações; são normas de caráter genérico e abstrato, ditadas, aprioristicamente, sem destinação particular a nenhuma pessoa e a nenhuma situação concreta; são verdadeiros tipos, ou modelos de conduta (desejada ou reprovada), acompanhados ordinariamente dos efeitos que seguirão à ocorrência de fatos que se adaptem às previsões.<sup>17</sup>

Já a segunda ordem de atividades jurídicas se desenvolve por meio da jurisdição, pela qual o Estado busca a realização prática daquelas normas em caso de conflito entre pessoas. De acordo com o modelo estabelecido no direito material, pelo processo judicial, o Estado-Juiz declarará qual o preceito pertinente ao caso concreto, desenvolvendo medidas para que o direito assim legitimado seja realmente efetivado.

A distinção fundamental entre o direito material e o direito processual é que este último cuida das relações dos sujeitos processuais, da posição de cada um deles no processo, da forma de se proceder aos atos deste, sem nada regular, no entanto, quanto ao bem da vida, que é o objeto do interesse primário das pessoas, e que está regulado pelo primeiro (direito material).<sup>18</sup>

Assim concebido, vencidas as discussões da teoria monista e respeitada a sua autonomia, o direito processual, sob o ponto de vista de sua função estritamente jurídica, constitui-se num ins-

trumento a serviço do direito material, garantidor, em última análise, da autoridade do ordenamento jurídico.

Conforme lembra Cândido Rangel, a instrumentalidade do processo em seu aspecto positivo é a relação que liga o sistema processual à ordem jurídico-material e ao mundo das pessoas e do Estado, com realce à necessidade de predispô-lo ao integral cumprimento de todos os seus escopos sociais, políticos e jurídicos. Falar em instrumentalidade nesse sentido positivo, pois, é alertar para a necessária efetividade do processo, ou seja, para a necessidade de ter-se um sistema processual capaz de servir de eficiente caminho à *ordem jurídica justa*.<sup>19</sup>

Essa perspectiva da instrumentalidade do processo combate a tradicional postura, consistente em considerá-lo como um fim em si mesmo, e que o eleva à condição de fonte geradora de direitos.

Ensina Antônio Carlos de Araújo Cintra, *et alii*, que “os sucessos do processo não devem ser tais que superem ou contrariem os desígnios do direito material, do qual ele é também um instrumento (à aplicação das regras processuais não deve ser dada tanta importância, a ponto de, para sua prevalência, ser condenado um inocente ou absolvido um culpado; ou ao ponto de ser julgada procedente uma pretensão, no juízo cível, quando a razão estiver com o demandado).<sup>20</sup>

Um procedimento que elege a obediência à forma o seu ápice e desconsidera o que se passa nos planos do direito material e da realidade social, por óbvio, militará contra a efetividade da prestação jurisdicional. A decisão, quando muito, porá fim ao conflito apenas no seu aspecto formal. Substancialmente, ele persistirá, levando a parte prejudicada a se indispor contra o sistema que lhe negou o reconhecimento de um direito, muitas vezes indiscutível, mas que pereceu em nome de uma formalidade qualquer.

A crescente preponderância do direito processual sobre o direito material desencadeou no excesso de formalismo por conta da aplicação prioritária das regras processuais o que atenta contra o direito subjetivo amparado em norma substancial. As

regras concernentes às relações, à posição dos sujeitos no processo e às formas processuais não devem sobrepor-se ao bem da vida, que se constitui em objeto do interesse primário dos integrantes da sociedade.

Essa prevalência das normas inerentes ao processo traz, como uma das conseqüências prejudiciais, a obstaculização da efetividade do processo, na medida em que deixa ele de cumprir a contento sua função de pacificação social, via eliminação de conflitos.

O que se nota, com alguma freqüência, é a extinção do processo sem julgamento do mérito ou o não conhecimento do recurso, com a adoção de interpretação flagrantemente restritiva de direitos, como uma forma de dar vazão ao excessivo número de feitos em tramitação. Em outras palavras, o defeito de forma, mesmo quando irrelevante à solução do dissídio, serve como justificativa para “livrar-se” do processo.

De outro lado, na recente reforma que sofreu o Código de Processo Civil, observa-se que muitas das alterações foram editadas com o nítido e confessado escopo de desafogar o Judiciário, sem uma preocupação maior com o direito subjetivo em discussão. Esse fato, muito embora possa ter contribuído (até agora não se comprovou isso) para a celeridade processual, exatamente por ter relegado o direito material a um segundo plano, contribui ainda mais para o afastamento do processo de sua missão principal de eliminar conflitos.

Parece que o legislador, ao proceder à reforma, orientou-se unicamente pelo princípio da utilidade, mas uma utilidade mais corporativa do que social. Claro que os mecanismos que agilizam a tramitação dos processos têm reflexos altamente positivos perante a sociedade. Porém, se as medidas não se pautarem também na idéia de justiça, a utilidade social será neutralizada. Interessa à sociedade um processo célere; mas, acima de tudo, um processo justo.

Os valores utilidade social e justiça não são necessariamente antinômicos; eles se completam, ou seja, o atendimento de um pode desencadear os efeitos do outro. Assim, a norma proces-

sual que mais se prestará à realização do Direito será aquela que atenda simultaneamente à justiça e à utilidade social.

Para a efetividade do processo como meio de acesso à ordem jurídica justa, mais necessária que a própria reforma legislativa, é necessária a mudança da postura mental dos operadores do sistema (juízes, advogados, promotores de justiça e doutrinadores). A mudança de mentalidade em relação ao processo e a aplicação de suas regras traduz-se numa necessidade para que ele possa aproximar-se concretamente dos legítimos objetivos que justifiquem a sua própria existência.

Em sábias palavras, afirma Osvaldo Ferreira de Melo que o processo que não leve a uma decisão capaz de assegurar os valores justiça e utilidade social no seu desiderato será politicamente ilegítimo, em que pese sua validade formal. Essa é a posição inarredável da Política do Direito.<sup>21</sup>

Como dito linhas atrás, é na Política do Direito que repousa a esperança de que o processo reencontre o seu verdadeiro rumo. A reflexão sobre *o que deve ser e como deve ser* o Direito Processual é que possibilitará, num futuro que acalentamos seja próximo, a identificação de suas normas com a idéia do justo e do legitimamente necessário, do socialmente útil. O processo será, então, um eficaz instrumento da realização do Direito.

## Notas bibliográficas

<sup>1</sup> MELO, Osvaldo Ferreira de. *Temas atuais de Política do Direito*. Porto Alegre: Sérgio Fabris/CMCJ — Univali, 1998, p. 44.

<sup>2</sup> CALERA, Nicolas M. López. *Derecho y teoría del derecho em el contexto de la sociedad contemporánea*. In *O Novo em Direito e Política*. José Alcebiades de Oliveira Júnior (org.) Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 42.

<sup>3</sup> *Ib. idem*.

<sup>4</sup> LACERDA, Galeno. Conferência proferida no Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil, Porto Alegre, em 15-7-83. In *Revista da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Sul*, n. 28, p. 12.

<sup>5</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Poder dos Juízes*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 3.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 80 a 84.

<sup>8</sup> Cfe. Osvaldo Ferreira de Melo, *op. cit.*, p. 13.

<sup>9</sup> RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Valmireh Chacon, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 27.

<sup>10</sup> AQUINO, Santo Tomás de. *Suma Teológica*. Trad. Alexandre Corrêa, 2ª parte da 2ª parte, Questões 1-79, Porto Alegre: Sulina e UFRGS, 1980, p. 2.481.

<sup>11</sup> Cfe. Santo Tomás de Aquino, *op. cit.*, p. 2.493 a 2.495.

<sup>12</sup> ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Nestor Silveira Chaves, Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1987, p. 14 e 65.

<sup>13</sup> Cfe. Galeno Lacerda, *op. cit.*

<sup>14</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Jurisprudência Brasileira*, Curitiba: Juruá, n. 163, p. 141.

<sup>15</sup> *Idem*. *Revista do Superior Tribunal de Justiça*. Brasília, n. 8, p. 301.

<sup>16</sup> *Op. cit.*, p. 12.

<sup>17</sup> Cfe. CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 13.ed., São Paulo: Malheiros, 1997, p. 38.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>19</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 6. ed., São Paulo: Malheiros, 1998, p. 267 a 270.

<sup>20</sup> *Op. cit.*, p. 42.

<sup>21</sup> *Op. cit.*, p. 44.

## Referências Bibliográficas

AQUINO, Santo Tomás de. *Suma Teológica*, Trad. Alexandre Corrêa, 2ª parte da 2ª parte, Questões 1-79, Porto Alegre: Sulina e UFRGS, 1980, p. 2.481.

ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1987, p. 14 e 65.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Jurisprudência Brasileira*. Curitiba: Juruá, n. 163, p. 141.

- CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*, 13. ed., São Paulo: Malheiros, 1997, p. 38.
- CALERA, Nicolas M. López. *Derecho y teoría del derecho em el contexto de la sociedad contemporánea. In O Novo em Direito e Política*. José Alcebiades de Oliveira Júnior (org.) Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 42.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Poder dos Juízes*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 3.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 267 a 270.
- LACERDA, Galeno. Conferência proferida no Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil, Porto Alegre, em 15-7-83. *In Revista da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Sul*, n. 28, p. 12.
- MELO, Osvaldo Ferreira de. *Temas atuais de Política do Direito*. Porto Alegre: Sérgio Fabris/CMCJ — Univali, 1998, p. 44.
- RAWS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Valmireh Chacon, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 27.